

A qualidade televisiva além de um conceito politicamente correto. Conteúdos e perspectivas envolvidas

Quality Television beyond a politically correct concept. Contents and research perspectives involved

■ EVA PUJADAS*

RESUMO

Este artigo trata da análise dos conteúdos do conceito *qualidade televisiva*. Esta análise permite identificar, por um lado, os distintos conteúdos e variáveis de medida desta controvertida categoria e, por outro lado, permite levantar e responder à pergunta sobre as distintas razões e interesses sociais, profissionais e académicos sobre a diversidade de noções existentes sobre a *qualidade*.

Palavras-chave: televisão de qualidade, programas de qualidade, diversidade televisiva, estética e ética televisiva

ABSTRACT

This paper is dealing with the analysis of the different contents involved in the notion of “quality television”. On one side, this analysis allows to identify the different contents and measuring variables of such controversial topic; on the other side, it allows to answer to the question about the different social, professional and academic reasons and interests underlying in the existing diversity of “quality” definitions.

Keywords: quality television, quality programmes, television diversity, aesthetics and television ethics

* Doutora em Comunicação Audiovisual (UPF, 2001); Licenciada em Ciências Políticas e Sociologia (UAB, 1993) e em Ciências da Informação (UAB, 1991). Professora titular do Departamento de Comunicação da Universidad Pompeu Fabra de Análisis de la significación de la imagen nos Estudios de Publicidad y Relaciones Públicas e nos Estudios de Comunicación Audiovisual.

A QUALIDADE TELEVISIVA... O que é a televisão de qualidade? Responder a essa pergunta – no contexto instável e diverso da televisão contemporânea poderia parecer a tarefa de um grupo de cientistas de avental branco, reunidos e afastados da dinâmica do *shares* e dos *ratings*; poderia parecer até mesmo a tarefa de um grupo de peritos, altamente especializados com um conhecimento elitista, capazes de estabelecer alguns padrões além dos conteúdos da televisão cotidiana, das preferências das audiências e das limitações profissionais, econômicas e temporais com que trabalham os produtores em seu ofício diário. Nada mais distante da realidade. Não há nenhuma definição da *qualidade televisiva* que seja neutra ou objetiva nem existe tampouco um conjunto de variáveis e indicadores neutros para avaliá-la. Também não existe um grupo tal de cientistas sociais, imbuídos de uma aura incontestável e legitimados socialmente para estabelecer esses padrões televisivos.

Na realidade, se trata antes do contrário; apesar da aparente neutralidade do conceito, a própria noção de *qualidade televisiva* é um campo de batalha tanto para a comunidade acadêmica e política como para os distintos profissionais vinculados deste ou daquele modo à televisão, sejam os críticos televisivos, os responsáveis pela política de programação ou os produtores, para mencionar alguns dos profissionais implicados na matéria. A qualidade televisiva não se refere sempre aos mesmos *objetos* nem foi definida historicamente da mesma maneira; também nos distintos contextos econômicos não foi equiparada a um conjunto homogêneo de *benefícios* ou vantagens, nem foi avaliada de forma similar ou coerente por parte dos distintos conselhos audiovisuais.

O objetivo deste artigo é triplo: em primeiro lugar, trata-se de identificar os distintos temas que se agrupam sob a categoria de *qualidade televisiva*; isto é, trata-se de responder à pergunta *de que se fala quando se fala de qualidade televisiva?*

Em segundo lugar, trata-se de responder à pergunta sobre o porquê existem tantas e, às vezes, tão contraditórias noções de qualidade televisiva, a que se devem? Isto é, trata-se de responder à questão da diversidade de definições sobre a qualidade.

Em terceiro lugar, trata-se de responder à questão da validade dos critérios de qualidade, isto é, entre as numerosas e opostas noções de qualidade televisiva, é possível e/ou desejável priorizar uma série de princípios acima de outros? Sobre que tipo de princípios deveríamos basear nossas preferências? Podem ser esses princípios globais? Ou deveriam ser formulados contextualmente?

Este artigo está baseado na pesquisa desenvolvida desde o início dos anos 1990 até a atualidade. Naquele momento falar de *qualidade televisiva* na maioria dos países europeus e no contexto acadêmico era algo parecido

a um oxímoro, um caso típico de contradição dos termos em que ou bem se falava de *televisão* ou bem de *qualidade*, não, porém, de ambos. Desde então, e especialmente em fins da primeira década deste novo século, o termo se generalizou, em alguns contextos até mesmo se padronizou, embora se refira a uma série de conteúdos e variáveis substancialmente distintos, como se verá nos parágrafos seguintes.

Esta pesquisa sobre a qualidade televisiva começou com a análise quantitativa e qualitativa de uma extensa e variada quantidade de documentos: tanto da literatura acadêmica (monografias e artigos especializados - escassos naqueles primeiros anos), documentos legais (desde as diretrizes da UE até as regulamentações nacionais que contêm a noção de *qualidade televisiva*), relatórios especializados feitos pelos distintos conselhos audiovisuais (principalmente da França, do Reino Unido, do Canadá ou da Bélgica), documentos preparatórios realizados pelos distintos comitês antes da reforma de algumas leis audiovisuais (são significativos nesse caso os realizados pelo *British Film Institute* no Reino Unido ou a jurisprudência específica emanada do CRTC (*Canadian Radio and Television Council*), estudos comparados sobre a qualidade televisiva, financiados pela NHK (o órgão da televisão pública japonesa) ou a RAI (televisão pública italiana), bem como de um conjunto de materiais heterogêneos extraídos de entrevistas a profissionais da televisão de ambos os lados do Atlântico.

DE QUE SE FALA QUANDO SE FALA DE QUALIDADE TELEVISIVA?

Como mencionado anteriormente, o primeiro objetivo da análise da extensa documentação descrita foi o de identificar o *objeto* ou os *objetos* da qualidade televisiva. Em outros termos, o primeiro objetivo era responder à pergunta *o que é a televisão de qualidade?* Ou de forma mais precisa, *do que falam os distintos peritos quando formulam suas noções, definições e variáveis da qualidade televisiva?*

A resposta a essa pergunta inicial permite distinguir, de forma clara, quatro grandes temas:

1. A qualidade *de um sistema televisivo* que compreende o conjunto mais ou menos complexo da regulamentação televisiva, o número de operadores que emitem em um determinado espaço geográfico, o investimento publicitário e o impacto que este tem na produção e emissão de conteúdos, os distintos hábitos de consumo televisivo existentes em uma população determinada etc., que
2. constituem as condições estruturais nas quais podem emergir determinadas práticas de *qualidade*. Observam-se, neste sentido, diferenças

significativas entre países que definem cenários particulares: em alguns países, a própria noção de *qualidade* é diretamente promovida a partir da regulamentação televisiva, em outros a promoção da qualidade faz parte dos estatutos de fundação de algumas cadeias de televisão, em alguns a *qualidade* é estimulada a partir dos conselhos audiovisuais – quando estes estão providos de capacidade de sanção – ou em determinadas regiões a qualidade faz parte das culturas profissionais. Outros textos apontam para os hábitos de audiência e para sua alfabetização mediática para celebrar a qualidade existente ou criticar sua ausência, em referência à audiência como um requisito prévio à existência da qualidade (em termos do que a audiência pede, ou do que não gosta...). Assim, qualquer sistema televisivo conforma um cenário específico, define algumas determinadas condições nas quais a *televisão de qualidade* tem mais ou menos oportunidades de emergir.

Apresentadas as distintas variáveis de medida da qualidade de um sistema televisivo, é interessante sublinhar que existem ao menos três tipos de discurso: em primeiro lugar, uma série de discursos que tendem a situar a qualidade bem como o resultado de algumas condições específicas (condições estruturais, legislativas, de competência entre operadores, de alianças estratégicas entre produtores e programadores, etc.). Em segundo lugar, outro tipo de discurso que considera a qualidade como um objetivo a perseguir (esta noção é particularmente recorrente nos estatutos da radiotelevisão pública ou na legislação geral promulgada pela UE).

Em terceiro lugar, a qualidade de um sistema televisivo tende a se definir em termos substantivos; isto é, identificando seus componentes e características específicas. Entre estes, se observam algumas preferências em função da perspectiva adotada por parte dos distintos autores: política, econômica ou cultural.

Assim, nos discursos sobre a qualidade televisiva, formulados a partir de uma *perspectiva política*, a qualidade se equipara de forma generalizada à produção *nacional*, seja em termos da língua própria, sobre temas próprios, produção nacional ou que cria laços nacionais – seguindo o objetivo de fundação da televisão inglesa formulado por lord Reith que aludia à função de *cimentação social* da rádio e da televisão públicas.

A partir de uma *perspectiva econômica*, a qualidade se avalia em termos de eficiência ou de rentabilidade; finalmente, as noções de qualidade de um sistema que surgem a partir de uma *perspectiva cultural* são muito sensíveis às características particulares da audiência (em referência aos conteúdos dirigidos às minorias culturais ou grupos sociais desfavorecidos).

3. A qualidade *da programação*. Inclui de forma generalizada tanto a qualidade horizontal como a qualidade vertical. A qualidade horizontal faz referência ao conjunto das políticas de programação de todos os canais de televisão que operam em um determinado sistema, em outros termos, a qualidade horizontal faz referência ao conjunto de programas que um telespectador pode ver em uma faixa horária concreta. A qualidade vertical se refere principalmente ao resultado da política de programação de uma cadeia concreta; isto é, ao conjunto de programas distribuídos ao longo de sua grade de programação. A qualidade horizontal costuma ser medida no horário de *prime-time* usando intervalos de 15 minutos. Em ambos os casos, a medida utilizada de forma mais frequente na diversidade da programação, embora seja particularmente relevante sublinhar que não se trata da única medida.

Apesar de a diversidade da programação ter se convertido no critério mais comumente mencionado e utilizado para medir a qualidade da televisão, este critério não está isento de controvérsia. A partir dos anos do mandato de M. Thatcher nos quais a diversidade era considerada como uma condição para a qualidade – no documento *Broadcasting in the 90's: Competition, Choice and Quality. The Government's plans for Broadcasting Legislation* (Home Office, 1988) – foi divulgado um número relevante de pesquisas que refutam a consecução *natural* da qualidade simplesmente incrementando em número de operadores existentes em um sistema televisivo concreto, tal como formulava esse relatório.¹

Outras variáveis mencionadas para medir a qualidade da programação são, por exemplo, o *interesse nacional* (especialmente presente na regulamentação canadense), o *interesse público* (Blumler, 1991: 39-63), com referências ao *paradigma realista* (Brunsdon, 1990: 78) ou o equilíbrio entre programas de produção própria e os de produção estrangeira (Lasagni e Richeri, 1996: 138).

4. A qualidade *das cadeias televisivas*. Este é um âmbito de referência da qualidade televisiva de crescente interesse e relevância. Especialmente a partir da criação de canais como ARTE na França, *Channel 4* no Reino Unido ou, mais recentemente, *HBO* nos Estados Unidos, existe uma quantidade significativa de discursos sobre a qualidade televisiva que situam a realização da qualidade no núcleo das cadeias como seus agentes principais de realização.

Nesse contexto podem distinguir-se de forma clara dois tipos de discurso. Por um lado, aqueles nos quais a *diversidade* aparece novamente como uma medida de amplo consenso para definir a televisão de qualidade, dado que se

1. Seguindo aquelas premissas e no contexto espanhol, desenvolveu-se um estudo aplicado na primeira década do ano 2000 quando duas novas cadeias privadas começaram a emitir (Cuatro e LaSexta). Segundo o que indicava o relatório anglo-saxão, quantas mais cadeias de televisão emitem em um determinado sistema mais se incrementa a diversidade de programas oferecidos (ou seja, se produzia um incremento da diversidade horizontal). Assim, se mediu a diversidade da programação televisiva existente no estado espanhol antes e depois da implantação dessas novas cadeias, negando de novo a premissa principal (isto é, a diversidade global do sistema diminuiu apesar de incrementar-se o número de operadores). Essa pesquisa foi financiada pelo *Consejo Audiovisual de Cataluña* (CAC) durante 2006-08 e foi dirigida por E. Pujadas.

P

A qualidade televisiva além de um conceito politicamente correto. Conteúdos e perspectivas envolvidas

considera um critério *objetivo e neutro*, o que obviamente não é. Nos casos em que a diversidade é utilizada como um critério de medida da qualidade de uma cadeia se equipara à qualidade vertical mencionada anteriormente.

Por outro lado, alguns autores apontam para outros critérios de medida da qualidade em função das duas atividades principais das cadeias televisivas: a atividade de produção e a atividade de difusão; ambas atividades permitem, por sua vez, duas avaliações diferenciadas da qualidade.

A avaliação da função de produção de uma cadeia se realiza em razão dos gêneros produzidos, de seu conteúdo e da perspectiva adotada no tocante a temas delicados ou controversos. Outros indicadores de qualidade da cadeia como produtora de conteúdos se referem a características organizacionais específicas que permitam, por exemplo, um fluxo livre de informação entre os distintos membros das equipes de produção, a liberdade para propor a realização de determinados programas ou a existência de normas e valores profissionais (Hillve e Rosengren, 1996; Leggatt, 1996; o Relatório da BRU, 1989:18; ou Thompson, 1996).

A avaliação da função de emissão das cadeias televisivas tende a favorecer, por sua vez, critérios como o equilíbrio entre programas de produção própria e os de produção forânea (Hillve e Rosengren, 1996), a capacidade de uma cadeia de televisão para resistir à colonização de programas de televisão estrangeiros e a criação de um projeto editorial original (Lasagni, C. e Richeri, G., 1996: 86).

5. *A qualidade dos programas televisivos*. Este é com diferença o âmbito de referência mais comum entre os discursos sobre a qualidade televisiva, aquele que originou um maior número de monografias acadêmicas, o que desdobrou um maior número de variáveis e critérios de medida. Esta é parcialmente uma observação óbvia, dado que os programas são a parte mais visível da atividade televisiva.

Na noção de qualidade dos programas televisivos convergem distintas perspectivas e paradigmas. Tal como se detalha extensamente no livro de E. Pujadas (2011) e a modo de síntese, os discursos sobre a qualidade dos conteúdos dos programas televisivos podem diferenciar-se entre os que utilizam critérios de avaliação externos aos programas e os que baseiam em critérios internos.

Entre o primeiro grupo de critérios cabe mencionar aqueles que baseiam a avaliação da qualidade no cumprimento da função comumente atribuída aos distintos gêneros. Por exemplo, em relação aos programas informativos foram identificadas distintas medidas para avaliar a *informatividade*², a *objetividade* e o *equilíbrio*.

Outro tipo de critério externo para a avaliação da qualidade dos programas é o econômico - através do qual a qualidade foi identificada historicamente com

2. Ver Rosengren, 1991, 1996.

a rentabilidade, o êxito comercial ou a eficiência - bem como outros critérios que equiparam a qualidade à capacidade de alcançar determinadas audiências (Thompson, 1996; ou Korte, 1997). Há que sublinhar que este último critério, que não foi em absoluto relevante ao longo dos anos 1990, converteu-se nos dias de hoje em um dos critérios mais significativos da avaliação contemporânea da qualidade dos programas.

Finalmente, outro tipo de critério externo utilizado para a avaliação da qualidade dos programas provém da perspectiva ética, a partir da qual se formulam definições da qualidade vinculadas ao tratamento ou à consideração dos espectadores como cidadãos, respeitando sua complexidade e preocupações, além de considerá-los como simples consumidores (Lasagni e Richeri, 1996) ou Albers, 1992).

Entre o segundo tipo de discursos sobre a qualidade dos programas televisivos que põe o foco nas características internas dos programas existe o denominador comum de rejeitar qualquer formulação da qualidade que não tenha em conta a especificidade da linguagem televisiva. Uma vez aceita essa premissa, os critérios utilizados para avaliar a qualidade dos programas se referem aos temas, a sua relevância, proximidade ou seriedade; podem referir-se também à sua forma (Thompson, 1996; Feuer, 1984; Korte, 1997; Albers, 1992; Leggatt, 1996) e/ou à inter-relação entre forma e conteúdo.

Um critério relevante mencionado frequentemente na avaliação da qualidade dos programas é a noção de *gênero*. Algumas noções clássicas sobre a qualidade se referem à capacidade dos programas de cumprir com sua *função genérica* (na tríade clássica do informar, educar ou entreter) enquanto que outras perspectivas mais contemporâneas tendem a definir a qualidade como a capacidade de um programa de pular as próprias regras e convenções de gênero³.

POR QUE HÁ NOÇÕES DE QUALIDADE TÃO DISTINTAS E ATÉ CONTRADITÓRIAS? A QUESTÃO DA DIVERSIDADE DA QUALIDADE TELEVISIVA, DE SUAS VARIÁVEIS E INDICADORES

De forma paralela ao desenho deste mapa sobre a qualidade televisiva, emergem algumas questões como *Por que há tão distintas noções de qualidade? Por que coletivos distintos situam a qualidade em distintos âmbitos? Por que em um âmbito específico (sistemas televisivos, políticas de programação, cadeias televisivas e programas) há variáveis tão distintas sobre a qualidade? Por que estas variáveis se definem de forma tão distinta? Por que desdobram cada uma delas indicadores de medida tão distintos?* Todas essas perguntas convergem em uma só: Por que existem noções tão distintas sobre a qualidade em televisão? Em consequência, o passo seguinte na pesquisa consiste em responder à questão da diversidade de discursos sobre a *qualidade televisiva*.

3. Este é o caso bem comum das noções de qualidade presentes nos programas das conferências INPUT sobre programas televisivos. É uma concepção que privilegia a capacidade de alguns programas de inovar no tocante aos formatos televisivos existentes.

P

A qualidade televisiva além de um conceito politicamente correto. Conteúdos e perspectivas envolvidas

Tal como se afirmou no início deste texto, não há nenhuma definição neutra da qualidade em televisão, nem tampouco um conjunto neutro de indicadores para avaliá-la. Qualquer definição de qualidade televisiva implica – explícita ou implicitamente – uma perspectiva de pesquisa, uma particular aproximação acadêmica, um determinado ponto de vista profissional e uma consideração política sobre ao menos três pontos fundamentais: sobre a televisão, sobre os telespectadores e sobre a relação privilegiada ou desejada entre ambos.

Assim, qualquer definição de qualidade televisiva comporta um papel específico da televisão, seja um papel paternalista como as noções clássicas de qualidade desenvolvidas durante a era dourada da televisão pública, mais ou menos associada à tríade *informar, educar, entreter* ou um papel participativo dos espectadores, mais presente nas definições contemporâneas de qualidade televisiva, vinculadas à capacidade dos telespectadores de apreciar e desfrutar dos matizes do roteiro, do cruzamento entre tramas ou da intertextualidade entre textos e personagens.

Além disso, é preciso levar em consideração que a televisão é antes de tudo e de forma categórica, um negócio. Qualquer cadeia de televisão – seja pública ou privada – realiza sua atividade em um mercado específico, trabalha com uma série de limitações econômicas e financeiras e toma constantemente uma série de decisões tendo em conta os dados de audiência e as cotas de tela. Existe uma pressão resistente em cada uma das cadeias de televisão para promover determinadas noções de qualidade e também sobre os profissionais que trabalham nela para manter-se em seus limites.

Em consequência, uma parte relevante da pesquisa desenvolvida para responder à pergunta sobre a diversidade de noções sobre a qualidade televisiva comporta uma análise do *conhecimento* como *categoria social*. Nessa análise, o desenvolvimento da noção de *habitus* que faz Bourdieu e, de forma específica, a noção de *habitus profissional* desempenha um papel central na medida em que permite identificar uma série de estratégias desenvolvidas por parte dos distintos grupos profissionais – não só dos profissionais da televisão, mas também dos críticos, dos políticos e dos acadêmicos – com interesses claros no âmbito televisivo (às vezes legítimos, outras legitimados, amiúde mais implícitos que explícitos).

Em suma, as principais variáveis explicativas da diversidade de noções sobre a qualidade televisiva são:

- Uma variável *histórica*. Isto é, a qualidade televisiva foi definida de forma distinta a partir do início dos primeiros serviços públicos de televisão até hoje; foi definida de forma distinta quando estes operadores públicos exerciam seu trabalho em regime de monopólio de radiodifusão do que quando

esses monopólios começam a desmoronar, dando lugar a uma variedade significativa de cenários e coabitações entre cadeias públicas e privadas.

Como meio desenvolvido ao amparo dos Estados europeus, a televisão foi considerada um instrumento chave de representação da realidade social, de fornecer alguns sentidos particulares sobre a *nacionalidade*, de educar para a cidadania ou de permitir a seus espectadores entender ou conformar uma particular noção da realidade. Como tal, a noção de *qualidade televisiva* era um monopólio praticamente exclusivo dos gêneros informativos e dos programas educativos (noticiários, documentários e formatos sérios) e como tais, os critérios de medida provinham desses gêneros. Quanto ao resto dos programas, se e quando eram mencionados na noção de qualidade televisiva, se fazia através de considerações em negativo: aqueles que não mostravam cenas explícitas de sexo, violência e que não continham linguagem chula.

As mudanças radicais acontecidas no mercado televisivo nas últimas décadas nas quais, para dizer de forma breve, passou-se do *broadcasting* ao *narrowcasting* e ao *bit-casting* tiveram um impacto considerável nos discursos sobre a qualidade televisiva. Os distintos tipos de objetivos, instrumentos e responsabilidades – sociais e financeiras – que as distintas cadeias devem aplicar aos seus modelos de negócio estão tendo um impacto aparentemente irreversível na demanda de qualidade. Os responsáveis das cadeias, os profissionais da televisão, os políticos, os críticos televisivos, a audiência e também os acadêmicos tiveram de mudar seu discurso sobre a qualidade e a qualidade também *deixou de ser o que era*; isto é, o discurso majoritário sobre a qualidade deslocou-se dos formatos sérios (informativos principalmente) para os formatos de ficção e de entretenimento.

– Uma segunda variável na definição da qualidade é a *variável profissional*.

Uma das observações mais significativas realizadas ao longo da análise da documentação mencionada é algo que poderia parecer óbvio em outro âmbito: a atividade profissional de cada um dos autores dos discursos sobre a qualidade televisiva explica não só as grandes diferenças entre noções de qualidade, variáveis e indicadores, mas também das distintas perspectivas adotadas. Com outras palavras, os discursos de um roteirista norte-americano, um roteirista francês e um roteirista catalão sobre a qualidade televisiva tendem a ser muito mais similares entre si do que, por exemplo, os discursos de um político, um roteirista ou um produtor (norte-americanos, franceses ou catalães). Em outras palavras, assim como a variável geográfica, por exemplo, não explica as diferenças relevantes entre os discursos sobre a qualidade televisiva, a variável profissional dá conta dessas grandes diferenças.

4. Especialmente no caso daqueles países onde a proximidade geográfica com outros de indústrias audiovisuais mais potentes colocavam em perigo a própria produção audiovisual, como no caso canadense e irlandês. Também foi claramente o caso dos políticos europeus que secundaram nos anos 1990 a política do presidente francês F. Mitterrand que, sob o nome de *exceção cultural*, defendeu nas negociações do GATT com os EUA a proteção audiovisual europeia diante da norte-americana.

Assim, a variável profissional permite identificar tendências e variáveis específicas: por exemplo, os políticos nos anos 1970 e 1980 tendiam a considerar a qualidade em termos da promoção da identidade nacional, a proteção das indústrias audiovisuais nacionais⁴. Outra referência habitual no discurso dos políticos sobre a qualidade é o que faz referência à *história nacional*, à *realidade nacional*, à preservação e promoção da *cultura nacional* ou à *herança nacional*. Este foi o caso também dos primeiros programas MEDIA da UE (antes CE) criados para a proteção e a promoção da cultura europeia diante do chamado *imperialismo norte-americano* ou *imperialismo cultural*.

Os profissionais da televisão constituíram também um grupo ativo e qualificado na hora de estabelecer padrões de qualidade. Entre eles, se faz necessário distinguir pelo menos dois grupos: por um lado, os roteiristas e aqueles profissionais vinculados à condição *literária* de um programa televisivo. Esse grupo tende a perceber a qualidade televisiva como uma forma particular de escritura, de criação de personagens, de desenvolver seus perfis psicológicos, de entrelaçar as distintas tramas e argumentos no desenvolvimento dos conteúdos etc. Em resumo, tendem a situar a qualidade dos programas como uma forma específica de criar conteúdos.

Em contraste, se encontra o segundo grupo de profissionais vinculados à produção televisiva como produtores, câmaras, iluminadores, técnicos de som ou de montagem que tendem a falar da qualidade em termos relacionados com características da *forma* televisiva (boa iluminação, boas localizações, adequação e equilíbrio entre os meios de produção e os conteúdos produzidos, etc.)

– Finalmente, existe uma terceira variável relevante que explica a diversidade dos discursos sobre a qualidade televisiva que é a *perspectiva teórica* implicada em qualquer definição (que está implícita na maioria das ocasiões). Como se mencionou anteriormente, qualquer definição de qualidade televisiva, bem como qualquer proposta de variáveis para sua avaliação implica uma consideração específica sobre o meio e seus usos. Como objeto de estudo poliédrico, explicar a diversidade das distintas noções de qualidade não pode se realizar de forma completa à margem da perspectiva teórica implicada em cada uma delas.

Nesse sentido, a análise das distintas aproximações históricas e profissionais à qualidade televisiva permite observar algumas referências e matices que provêm de distintas perspectivas e disciplinas teóricas, bem como de seus respectivos métodos de aproximação.

Retificando esta observação é interessante constatar que a maioria dos pesquisadores acadêmicos e intelectuais que negou tradicionalmente a mera possibilidade de existência da qualidade em televisão o faz a partir de uma

perspectiva teórica culturalista, que comporta uma definição *elitista* da cultura (oposta à aproximação *integrada* nos termos que naquele momento popularizou U. Eco). Nesse sentido, por exemplo, quando os primeiros teóricos que desenvolveram seu trabalho em torno da cultura de massas a partir dessa perspectiva como Benjamin, Adorno ou Horkheimer rejeitavam os produtos dos meios de comunicação de massa, o faziam levando em consideração seus modos de produção. Consideravam que a serialização e a produção em massa alienavam o trabalhador que produzia um bem para ser consumido em um mercado cujos produtos eram tachados irremediavelmente de produtos comerciais ou de mercadorias. A partir dessa perspectiva, a lei da oferta e da procura convertia o êxito em algo quantitativo e não em uma questão de índole qualitativa. A consideração da qualidade televisiva em termos de *ratings*, *shares* e dados de audiência se baseia exatamente nessa mesma perspectiva.

Em contraste, quem são aqueles que aceitam sem nenhum tipo de reparo a noção de *qualidade televisiva*? Quem são aqueles que *se atrevem* (neste contexto regido pela lei da oferta e da procura e por uma competitividade extrema) a formular definições da qualidade televisiva e a propor variáveis de mensuração? É claro que são aqueles profissionais da televisão, acadêmicos e críticos televisivos que reconhecem o *saber fazer* televisivo, as particularidades de sua linguagem; aqueles que têm um conhecimento especializado (*media literacy* ou alfabetização mediática) suficientes para dar conta dos matizes implicados em cada programa. Em geral, implica a todos aqueles profissionais, socializados com a televisão que a avaliam a partir dos padrões televisivos, não com os padrões provenientes da cultura escrita (que, por sua vez, cairiam naquilo que Bourdieu chamava a *hysteresis* do *habitus*).

Todas essas formulações compartilham o pressuposto da existência de uma estética propriamente televisiva, distinta e diferenciada de outro tipo de estética, especialmente da qualidade escrita e acrescentaria, cinematográfica. Precisamente a partir da especificidade da estética televisiva a discussão sobre sua excelência – em termos de qualidade – reproduz debates similares aos que naquele momento se deram em outras disciplinas da Arte⁵ quando seus teóricos e críticos estabeleciam padrões para julgar os méritos de suas obras. Como no caso da pintura, da arquitetura, da fotografia ou do cinema, as discussões em torno da forma e do conteúdo, sobre a forma e a função, as discussões sobre o impacto dos condicionamentos econômicos ou da competência na criação das obras de arte, a possibilidade de expressar a subjetividade do autor nos meios eletrônicos estão também presentes na avaliação estética da televisão⁶. Em suma, a *qualidade televisiva* como objeto de pesquisa gerou debates similares aos existentes em outros meios de expressão quando foram questionados sobre sua excelência.

5. Em relação com a questão da competência na Arte, vejam-se, por exemplo, as contribuições realizadas por E.H.Gombrich para o caso da arquitetura e a construção de catedrais com o objetivo de conseguir as cúpulas mais amplas e elevadas.

6. Nesse sentido cabe mencionar as pesquisas que comparam os critérios utilizados pelos profissionais do meio televisivo nos prêmios nacionais e internacionais para laurear seus conteúdos. Esses critérios podem facilmente ser agrupados em torno de três categorias que encaixam perfeitamente nos debates tradicionalmente mantidos no âmbito da Estética: critérios referidos ao conteúdo, à forma e critérios referidos à interação entre forma e conteúdo. Veja-se, por exemplo, as pesquisas desenvolvidas por Blumler, Brynin e Nossiter (1986), ou Greenberg, B.S., Albers, R., Buselle, R., et al. (1991) ou Albers, R. (1992).

DADA A DIVERSIDADE DE NOÇÕES DE QUALIDADE TELEVISIVA É POSSÍVEL DAR PRIORIDADE A UMAS SOBRE OUTRAS?

Seguindo este amplo mostruário de temas, variáveis e perspectivas de análise da qualidade televisiva, se poderia chegar facilmente à conclusão de que tentar estabelecer critérios claros e estáveis de qualidade é uma tarefa impossível. Em consequência, o relativismo e a falta de compromisso no tocante a eles seria uma das consequências inevitáveis.

Em um contexto onde o relativismo fosse a norma, há uma disciplina claramente vencedora: a Economia e a razão econômica são capazes de estabelecer razões quantificáveis – que se equiparam demasiado amiúde e de modo suspeito por parte da esfera política com razões *objetivas* – para preferir algumas noções de qualidade acima de outras, razões baseadas na eficiência e na rentabilidade.

Nas agitadas condições em que se desenvolve atualmente a atividade televisiva, o relativismo não é uma opção para avaliar a qualidade da televisão, nem de nenhum de seus âmbitos de referência (nem para avaliar os sistemas televisivos, a atividade das cadeias de televisão, das políticas de programação ou dos programas).

Que critérios podem ser estabelecidos? A partir de que perspectiva? Quem os formula? Nessa difícil e controvertida questão, a noção de *situacionismo* de Mannheim permite elucidar uma perspectiva ética que precisa de alguns acordos básicos, válidos para contextos específicos.

Por exemplo, e retificando os argumentos apresentados neste texto, estabelecer padrões de qualidade é possível sempre e quando se tenha produzido um acordo prévio sobre os próprios objetivos da televisão e de seus instrumentos. Ou seja, em relação aos seus objetivos é necessário um acordo prévio sobre se o que se trata é ir além do papel, que demasiado amiúde menciona como objetivo o fomento de uma cidadania crítica, mas para a qual o único material oferecido a mantém em seu papel de *audiência pacífica*.

Em segundo lugar, além do acordo sobre os objetivos se faz imprescindível um acordo sobre os instrumentos – não só econômicos – mas também culturais e especificamente televisivos; que se põem à disposição desses objetivos. Nesse sentido, por exemplo, se faz necessária uma revisão profunda sobre os gêneros televisivos e suas funções. Só informam os programas informativos? Pode-se romper definitivamente a inércia tanto dos produtores como dos espectadores televisivos que acomoda as distintas realidades sociais, com todos os desafios que comporta, a formatos predefinidos e padronizados até à saciedade?

Assim, em cada sistema concreto, com seus particulares operadores televisivos que desenvolvem por sua vez suas políticas de programação específicas perante as particulares culturas audiovisuais da audiência, o desenvolvimento

da *qualidade televisiva* tem de ser também específico. E isso não é uma debilidade nem do conceito nem da proposta, mas sim supõe entender a televisão não a partir da inércia e do padronizado e sim da sua cumplicidade e do compromisso com uma cidadania ativa e responsável diante dos apaixonantes desafios levantados por nossa contemporaneidade. ■

REFERÊNCIAS:

- ALBERS, Robert. Quality television from the perspective of the professional program maker. In: *Studies of Broadcasting*, n.28, Japan, NHK. 1992.
- BLUMLER, J., BRYNIN, M. and NOSSITER, T.J. Broadcasting finance and programme quality: an international review. In: *Research on the range and quality of broadcasting services. A report for the Committee of financing the BBC*. London, Her Majesty's Stationary Office. 1986.
- BLUMLER, J. In pursuit of program range and quality. In: *Studies of Broadcasting*, n. 27, March. 1991.
- BRUNSDON, Ch. Problems with quality. *Screen*, 31:1. Spring. 1990.
- FEUER, J. The MTM Style. In: *MTM: Quality television*. London, British Film Institute. 1984.
- GREENBERG, B.S., ALBERS, R., BUSELLE, R., LAROSE, R. and LITMAN, B. Production, technological, economic and audience factors in assessing quality in public service television. In: *Studies of Broadcasting*, n.27. March. 1991.
- ISHIKAWA, S. *Quality assessment of television*. Luton: University of Luton. 1996.
- HILLVE, Peter; ROSENGREN, Karl Erik. Swedish public service television – Quality for sale? (231-252). In: ISHIKAWA, Sakae (org.). *Quality assessment of television*. Luton: University of Luton. 1996.
- HOME Office. *Broadcasting in the 90's: Competition, Choice and Quality. The Government's plans for Broadcasting Legislation*. 1988.
- LASAGNI, C. and RICHERI, G. *Televisione e qualità. La ricerca internazionale. Il dibattito in Italia*, RAI, VQPT, n° 43. 1996.
- LEGGATT, T. Quality in television: the views of professionals. In: ISHIKAWA, Sakae (org.). *Quality Assessment of Television*. Luton: University of Luton. 1996.
- PICARD, R.G. *Measuring media content, quality and diversity*. Turku, Finland: Turku School of Economics and business Administration. 2000.
- PRIX Italia (Ed.). *Alla ricerca della qualità. The quest for quality. Indagine conoscitiva sulla programmazione televisiva nel mondo*. Bologna, RAI, Prix Italia. 1985.
- PUJADAS, E. *La televisión de calidad. Contenidos y Debates*. Barcelona, Aldea Global. 2011.
- ROSENGREN, K.E. , CARLSSON, M., TAGERUD, E. Quality in programming: views from the North. In: *Studies of Broadcasting*, n.27. March.1991.

P

A qualidade televisiva além de um conceito politicamente correto. Conteúdos e perspectivas envolvidas

SCHRODER, K.C. *Qualité culturelle: la poursuite d'un phantome?*. Paris, *Hermès*, 11-12. 1992.

THOMPSON, R.J. *Television's second golden age. From Hill Street Blues to ER*. New York, Continuum Publishing Company. 1996.

VV.AA. La qualité des programmes de télévision. Le concept de qualité, les méthodes de mesure. À la recherche da qualité. *Dossiers de l'Audiovisuel*, nº 48 (dossier central). 1992.

VV.AA. *Quality in television. Programmes, programme-makers, systems*. London, BRU. 1989.

Endereços eletrônicos

KORTE, D. *The Simpsons as quality television*. 1997. Disponível em: <<http://www.snpp.com/other/papers/dk.paper.html>>.

PUJADAS, E. La construcció d'un protocol d'anàlisi de la diversitat de la programació televisiva. *Consell de l'Audiovisual de Catalunya, Estudis i Investigacions*. 2007. Disponível em: < http://www.cac.cat/pfw_files/cma/recerca/estudis_recerca/Analisi_diversitat_programacio_tv-_Eva_Pujadas_abril_07.pdf>.

Artigo recebido em 6 de setembro de 2013 e aprovado em 21 de outubro de 2013.